

Promulgado Plano Nacional de Cultura

As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgaram a emenda constitucional que institui o Plano Nacional de Cultura. O objetivo é o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público no setor.

Página 7

Renan recebe agenda mínima da indústria

Uma agenda para o país, com 18 sugestões em seis áreas, foi apresentada ao presidente do Senado, Renan Calheiros. A proposta é da Confederação Nacional da Indústria e pretende combater a "sensação de paralisia" no governo.

Página 3



VITÓRIA Oposição se articula para o destaque de votação em separado apresentado por Antonio Carlos Magalhães, afinal aprovado pelo Plenário

Senado altera salário mínimo para R\$ 384,29

Mudança segue agora para a Câmara dos Deputados. Governo prevê aumento de R\$ 11 bi nos gastos da seguridade

O Senado alterou a medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 300, passando-o para R\$ 384,29. A mudança, uma vitória da oposição, será agora examinada pela Câmara dos Deputados. Até a decisão final, prevalece o valor de R\$ 300. A alteração só se tornou possível com destaque de votação em separado, feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães, para

examinar emenda apresentada ainda na Câmara. A oposição conseguiu 30 votos, contra 27 do governo e 5 abstenções. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, considerou a alteração "irresponsável" e ressaltou que não há previsão orçamentária para cobri-la. Ele estimou aumento de R\$ 11 bilhões nos gastos da seguridade social, caso prevaleça o mínimo de R\$ 384,29.

Página 3



MUDANÇAS Renan reúne líderes para discutir propostas que alteram "radicalmente" as regras das eleições

SENADO PODE VOTAR NORMAS ELEITORAIS

"Uma resposta à crise" – assim o presidente do Senado define as mudanças em estudo na legislação eleitoral

Página 6

Perícia indica adulteração de documentos

Perícia da Polícia Federal entregue à CPI dos Correios constatou que documentos enviados à comissão pelo Banco Rural sofreram adulterações. A CPI dos Correios, juntamente com a do Mensalão, ouviu ontem Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério.

Página 4



DEPOIMENTO Cristiano Paz alega desconhecimento das operações da agência e não convence a CPI

Protegido por *habeas corpus*, Waldomiro Diniz depõe hoje

Ex-assessor da Casa Civil obtém liminar pedida ao Supremo Tribunal Federal e deve comparecer como acusado, e não como testemunha, à CPI dos Bingos.

Páginas 2 e 6



ENTENDIMENTO Suassuna propõe dispensa de consulta pública para edição do decreto de biossegurança

Suassuna quer agilizar instalação da CTNBio

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ao Executivo pela dispensa da consulta pública para a edição do decreto de biossegurança e o início dos trabalhos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O parlamentar teme que essa exigência possa prejudicar os produtores rurais.

Conforme recordou Suassuna, a demora na tramitação da Lei de Biossegurança, que regula pesquisas com células-tronco e organismos geneticamente modificados, quase inviabilizou o plantio de sementes transgênicas na safra de 2004. Se o governo federal seguir o "calendário otimista" previsto por Suassuna, o prazo de consulta pública sobre o decreto de biossegurança chegaria até o início de setembro, sendo necessários mais dois meses para a ratificação do decreto e a instalação da CTNBio.

Assim, para afastar qualquer risco de prejuízo à safra de 2005, o senador pediu a colaboração das lideranças partidárias para que se busque entendimento com o Executivo no sentido de cancelar essa consulta pública prévia à edição do decreto da biossegurança.

Agenda

Agenda do Plenário

O Plenário se reúne hoje, em sessão marcada para as 14h, para examinar o projeto que define os crimes de informática (PLC 89/03). A proposta estabelece, por exemplo, que é proibido o acesso de terceiros

não autorizados às informações privadas mantidas em redes de computadores. Além dessa matéria, estão em pauta diversas propostas de emendas constitucionais.



CPI dos Bingos ouve Waldomiro

Um dos depoimentos mais esperados da semana, o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz fala à CPI dos Bingos hoje, às 11h30. É a primeira vez que Waldomiro se pronuncia

publicamente sobre a gravação em que trata do pagamento de propina pela Loterj e sobre a denúncia de intermediar a renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal em troca de dinheiro.

Indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne às 9h30 para votar a designação de dois novos embaixadores: Ivan Oliveira Cannabrava, que deverá acumular o cargo de embaixador na Colômbia com o de embaixador no México e em Belize; e Mauro Mendes de Azeredo, cujo nome foi indicado para ocupar a embaixada do Brasil na Grécia.

Alimentos para programas sociais

Entre os projetos em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que se reúne às 9h30, está o texto que regula a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais

de distribuição de alimentos e combate à fome (PLS 36/03). Também em pauta proposta que alonga dívidas do crédito rural (PLS 259/04) e que trata da Política Nacional de Irrigação e Drenagem (PLS 229/95).



Sócia de Duda Mendonça depõe hoje

A sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar Fernandes da Silveira, depõe à CPI dos Correios a partir das 11h30. Ela aparece como beneficiária de mais de R\$ 15 milhões das

contas de Marcos Valério, que acusou o publicitário baiano de ser o detentor das fatias mais gordas dos contratos de publicidade da administração pública.

Incentivo aos aprendizes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião marcada para as 9h30 desta quinta. Em discussão, projeto que garante aos estudantes do ensino médio contratados como aprendizes o direito à jornada reduzida (PLC 49/05), além do texto que concede incentivos fiscais aos projetos ambientais (PLS 251/02).

Senado Galeria

A Senado Galeria apresenta até 19 de agosto a exposição *Fora do Armário*, do designer Thales Sabino. Orgulho gay, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), personagens da noite, política e humor são os temas da mostra, iniciativa da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



APELO Para Fátima Cleide, o processo deveria ser revisto e todos os culpados punidos

Fátima Cleide lembra massacre de Corumbiara

Ao registrar ontem os dez anos do massacre de Corumbiara, em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez um apelo para que o processo seja revisto e os culpados sejam punidos. A senadora lembrou que todos os oficiais levados a julgamento foram absolvidos e apenas dois trabalhadores rurais e três policiais foram condenados.

Fátima Cleide abordou ainda a crise política, dizendo que se orgulha de ser petista. Ela ressaltou que 99% dos filiados do PT não têm culpa dos erros de alguns dirigentes do partido.



HOMENAGEM Fórum criado pela Confederação Nacional do Comércio faz 50 anos, assinala Pavan

Pavan destaca ação de conselho de turismo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) prestou homenagem ao Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio pelos 50 anos de sua criação e ressaltou a importância do turismo para o desenvolvimento econômico do país.

– Foi graças ao espírito visionário dos dirigentes da Confederação Nacional do Comércio, que fundou o Conselho de Turismo em 1955, que o setor conta até hoje com um importante fórum de trabalho, pesquisa e acompanhamento – declarou Pavan durante discurso em Plenário ontem.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fotos: Gerardo Mangela



PAUTA Com Antônio Ernesto, da CNA (primeiro à esquerda), e Nilton Guidson, da CNT (segundo à direita), Armando Monteiro entrega propostas a Renan (C)

Presidente da CNI entrega agenda mínima a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a agenda mínima elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), entregue pelo presidente da instituição, Armando Monteiro Neto. A agenda, entregue ao presidente da República na semana passada, apresenta 18 propostas para seis áreas: infra-estrutura, sistema tributário, ambiente regulatório, reforma do Estado e gestão, inovação e sistema político.

Armando Monteiro disse que a agenda foi elaborada para que a sensação de paralisia não comprometa o ambiente institucional e econômico.

– Independentemente da crise, que tem uma dinâmica própria, e do rumo do processo de investigação, que deve ser

Empresários querem corte de gasto público e redução de juros

A “agenda mínima para a governabilidade”, entregue por entidades patronais ao presidente do Senado, contém sugestões que podem levar à redução de juros, melhoria do gasto público e maior confiança dos empresários, para que aumentem seus investimentos. São propostas que mexem no sistema tributário, na legislação que trata de obras de infra-estrutura, no ambiente regulatório, na gestão pública e até no sistema político.

As entidades recomendam que o governo aumente seu superávit primário (dinheiro para o pagamento de juros da dívida pública) cortando gastos de custeio da máquina pública, mas preservando o investimento. Elas afirmam ainda que o projeto de reforma tributária em tramitação no Congresso deveria sofrer alterações, pois tenta resolver problemas de falta de dinheiro de estados e

amplo e rigoroso, o governo, o Congresso e as instituições têm que funcionar. Pretendemos criar uma agenda que possibilite a travessia dessa crise com o menor custo possível para a sociedade e para a economia – afirmou o empresário.

Para Renan, qualquer agenda está comprometida pela inércia, pois o governo tem sido passivo. O Executivo, observou, deve ajudar o Congresso a priorizar a votação de pontos fundamentais como a reforma tributária, a MP da receita única e as mudanças nos estímulos à produção e à exportação.

– A agenda mínima da CNI é um rumo. Nós temos outras. O importante é priorizar a votação. Todas as terças, quartas e quintas-feiras vamos ter uma pauta de votação – destacou.

municípios, e não a melhoria da eficiência e da qualidade do sistema tributário.

No que se refere a obras de infra-estrutura, a CNI sugere que seja definida a entidade financeira estatal que será responsável pela gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas. O sucesso das PPPs, dizem, depende das condições de segurança oferecidas ao investidor privado.

Sobre as agências reguladoras, os empresários querem aperfeiçoar o Projeto 3.337/04, buscando garantir a independência dos órgãos e a redução de incertezas regulatórias.

A CNI propõe ainda alterar a PEC 285, em tramitação na Câmara, que altera o sistema tributário, evitando o agravamento dos problemas atuais. Para as entidades, a PEC se resume a mudar o ICMS e a distribuição de recursos entre entes federados.

Auxílio às vítimas da seca no Sul

O Plenário do Senado aprovou ontem medida provisória (MP 250/05) que abre crédito extraordinário de R\$ 30 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional. Esses recursos deverão viabilizar o atendimento das vítimas de recente estiagem no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A matéria segue agora à promulgação.

Segundo destacou a relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), esse crédito vai permitir a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei 10.954/04, às famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, atingidas pela estiagem. O valor do benefício deverá ser fixado pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, mas não poderá ser superior a R\$ 300 por família.

Programação monetária e crédito

Com o voto contrário da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o Plenário acolheu a programação monetária para o terceiro trimestre de 2005 (PDL 390/05). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável do relator, Ramez Tebet (PMDB-MS). A matéria será encaminhada à Câmara.

O Senado decidiu ainda sobre contratação de crédito no valor de US\$ 33 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos se destinam ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro, coordenado pela Embrapa.

O Plenário também autorizou crédito de até 8.691.961,98 euros para financiar programa de saneamento no Ceará e de até US\$ 1 bilhão para programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Universidade do Jequitinhonha

Vai à sanção presidencial, após ser aprovado pelo Plenário, projeto que transforma a Faculdade de Diamantina, em Minas Gerais, em Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri (PLC 58/05). Em seu parecer, o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou a importância de se oferecer ensino superior gratuito nessas regiões, muito deprimidas economicamente.

Também foram votados ontem, e seguem para promulgação, dois projetos de decreto legislativo (PDLs 346 e 347, de 2005) que aprovam os textos de acordos entre o Brasil e o Peru e entre o Brasil e a Bolívia para facilitação do ingresso e trânsito de nacionais nos territórios desses países. O relator, senador Tião Viana (PT-AC), ressaltou a importância dos acordos.

Plenário eleva valor do mínimo para R\$ 384,29

Emenda que aumenta percentual do reajuste foi aprovada ontem no Senado e segue para exame da Câmara

A Medida Provisória (MP) 248/05, que em maio aumentou o salário mínimo de R\$ 260 para R\$ 300, foi alterada no Senado por meio de emenda que eleva o valor para R\$ 384,29. A mudança representou uma vitória da oposição sobre o governo. A matéria, agora transformada em projeto de lei de conversão (PLV), será votada na Câmara. Enquanto não sai a decisão final, continua prevalecendo o texto da MP com o mínimo em R\$ 300.

A emenda foi aprovada com 30 votos a favor, 27 contra e 5 abstenções. Da base governista, Cristovam Buarque (PT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) se abstiveram de votar, enquanto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Capiberibe (PSB-AP) votaram a favor. Já no PMDB, João Batista Motta (ES), José Maranhão (PB), Mão Santa (PI), Papaléo Paes (AP) e Sérgio Cabral (RJ) votaram favoravelmente à emenda, enquanto Pedro Simon (RS) se absteve.

Mão Santa critica declarações do presidente Lula

O senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do governo Luiz Inácio Lula da Silva aumento de mais R\$ 10 para o salário mínimo. Ele lembrou que Lula afirmou, em viagem a Pernambuco na semana passada, que o trabalhador “tem direito a uma cervejinha no final de semana”. Mão Santa sugeriu ao presidente acabar com o núcleo duro do governo, que, segundo o senador, “não sabe pensar”.

O parlamentar afirmou que o partido do governo deveria se chamar PB, Partido dos Banqueiros. Para corroborar sua frase, citou o lucro obtido pelo Bradesco no primeiro semestre, de R\$ 2,6 bilhões, 110% maior que o obtido no mesmo período no ano passado. Para ele, “é

Ao defender os R\$ 300, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que essa quantia “representa o maior valor em dólar desde 1986”. Ele considerou a alteração da MP uma “irresponsabilidade” e ressaltou que não há previsão orçamentária para isso.

Promessa

Durante os debates, vários senadores, como José Agripino (PFL-RN) cobraram a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dobrar o valor do salário mínimo. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou que o governo tenha a coragem de propor um mínimo de R\$ 300 no mesmo momento em que o Bradesco anuncia lucros de R\$ 2,6 bilhões no primeiro semestre do ano.

O relator da MP 248/05 no Senado, Ney Suassuna (PMDB-PB), argumentou que, caso o mínimo ultrapasse os R\$ 300, mais de 3 mil municípios serão incapazes de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Suassuna foi contestado pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Paulo Paim defendeu a adoção de uma política salarial definitiva, para a qual apresentou projeto de lei ao Congresso.



CENSURA Partido do governo deveria se chamar PB, Partido dos Banqueiros, afirma Mão Santa

ridículo” Lula dizer que as elites estão contra seu governo.

Mão Santa criticou ainda o aumento dado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e disse que, para haver justiça, o salário mínimo deveria ser de R\$ 2.450. Nas sociedades organizadas, lembrou, o maior salário não é dez vezes maior que a menor remuneração. Em aparte, César Borges (PFL-BA) disse que o presidente não sabe eleger prioridades.



Oposição questiona comportamento do deputado Paulo Pimenta, vice-presidente da CPI do Mensalão; perícia da Polícia Federal constata que documentos enviados à CPI dos Correios teriam sido adulterados, mas banco nega essa possibilidade

Dados do Banco Rural sofreram alteração, diz PF

Uma perícia da Polícia Federal, entregue à CPI dos Correios, constatou que os documentos enviados à comissão pelo Banco Rural sofreram adulterações. O sub-relator de Sistematização e Controle da CPI, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), disse que essa alteração pode ter ocorrido por supressão ou acréscimo de dados.

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) acrescentou que a PF detectou inconsistência e in-

congruência em quatro dos seis arquivos enviados. Lorenzoni citou, para exemplificar, que um dos arquivos que chegaram à CPI continha 5 mil registros, quando seu original teria 35 mil registros. Ele acredita que as alterações podem ter o objetivo de dar ares de veracidade à tese de empréstimos ao PT por intermédio de Marcos Valério.

Em nota, o Banco Rural negou a possibilidade de qualquer alteração nos documentos.



PAPEL Ao lado dos senadores Maguito Vilela e Amir Lando, Cristiano Paz (D) afirma que nunca participou da administração da empresa SMP&B

Sócio de Valério não convence parlamentares

Na reunião conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão, o sócio da empresa SMP&B, Cristiano Paz, confirmou ao relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), ter realizado duas reuniões com o então ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu (PT-SP), e com diretores dos bancos BMG e Rural.

Paz garantiu que nunca participou da administração da empresa e que resume sua atuação nas áreas de criação e atendimento a clientes. Os empréstimos bancários seriam de responsabilidade de Marcos Valério.

Deputados e senadores manifestaram preocupação quanto à impossibilidade de chegarem a resultados importantes a partir

das inquirições nas CPIs.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que não consegue acreditar que Paz nada sabia. Alvaro Dias (PSDB-PR) perguntou a Paz se ele moveria contra Marcos Valério ação por danos morais e buscaria ressarcimento dos prejuízos. O publicitário respondeu que não pensou nessa hipótese.

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), questionou por que motivo os bancos concederam empréstimos à SMP&B se os avalistas não tinham alta renda nem patrimônio. Paz disse ter sido informado de que os empréstimos "eram garantidos pelo PT". Segundo Ideli Salvatti (PT-SC), o publicitário responde a vários processos na Justiça.

Nota do PSDB repudia ação de Paulo Pimenta

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) leu ontem em Plenário nota oficial do PSDB, na qual o partido repudia um suposto "conluio" montado pelo PT com o objetivo de forjar provas e fraudar documentos para desviar o foco das investigações realizadas pelo Congresso. A direção do partido cobra da CPI do Mensalão "rigorosas medidas punitivas" contra os que estariam envolvidos no caso.

Após a leitura da nota do PSDB, vários senadores repudiaram a atitude do deputado Paulo Pimenta (*ver matérias ao lado*). Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a oposição não admitirá que reuniões da CPI do Mensalão sejam presididas pelo deputado.

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse esperar que atitudes como a de Pimenta não voltem a acontecer. Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou que solicitou as fitas das câmeras de segurança da garagem do Senado.

Quanto à suspeita de ligação de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) com Marcos Valério, o senador Flávio Arns (PT-PR) expressou respeito e solidariedade ao senador.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, repreendeu a postura de Pimenta e se solidarizou com Eduardo Azeredo.

Sibá Machado (PT-AC) comparou a atitude de Pimenta com a divulgação da primeira lista não oficial feita pelo deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ). Ele afirmou que naquela ocasião a repercussão não foi tão negativa quanto agora. No entanto, o senador repreendeu Pimenta por este ter ido encontrar-se com Marcos Valério.

Preocupado com as consequências do descrédito do Congresso diante desses acontecimentos, o senador Mão Santa (PMDB-PI) advertiu que um país sem parlamento seria um país escravo.

Emocionado, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que tem procurado superar as calúnias, injustiças e manobras, mas que, para ele, fraude "é demais".



INCIDENTE Paulo Pimenta (E), observado por Ibrahim Abi-Ackel e Osmar Serraglio, presta explicações na reunião conjunta das CPIs

Divulgação de lista por deputado gera tumulto

A ética do vice-presidente da CPI do Mensalão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), está sendo questionada pela oposição depois de ele ter revelado um encontro reservado, na garagem do Senado, com o empresário Marcos Valério. Nessa conversa, Pimenta teria recebido uma nova lista com beneficiários dos recursos provenientes de caixa dois.

Houve tumulto no início da reunião conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão quando o deputado Júlio Redeker (PSDB-RS) disse ter visto Pimenta "pegar carona" com o empresário, na madrugada de ontem, após o término da audiência com Valério na CPI do Mensalão.

Pimenta afirmou, num pri-

meiro momento, que teria recebido dos advogados de Valério – Marcelo Leonardo e Paulo Sérgio – uma lista com novos nomes de beneficiários dos recursos das suas empresas na campanha de 1998. Depois de contradição pelos advogados, que negaram ter entregado qualquer documento, entrou em contradição. Informou que a lista já havia circulado antes pela CPI e que seria proveniente de investigações do STF, mas não foi oficialmente entregue pelo empresário à comissão porque não existem comprovantes das operações.

Após reações indignadas dos parlamentares, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que abrirá processo para questionar a atuação de Pimenta.

Virgílio anuncia representação junto ao Conselho de Ética

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido irá representar junto ao Conselho de Ética da Câmara contra o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) por quebra de decoro parlamentar, procedimento que pode resultar até em cassação de mandato.

Virgílio afirmou que a listagem envolvendo o PSDB nos saques do Banco Rural seria uma trama montada entre o PT, o governo e Valério para misturar a realidade dos fatos.

O senador ressaltou que a oposição não abre mão da quebra do sigilo bancário dos fundos de pensão públicos e de investigar sua possível relação com os bancos BMG, Santos e



AVALIAÇÃO Para Arthur Virgílio, foi montada trama a fim de mascarar a realidade dos fatos

Rural; acredita que está havendo "procrastinação" na aprovação de "documentos nevrálgicos" na CPI dos Correios; e defende a remessa imediata ao Conselho de Ética de pedidos de cassação de mandatos parlamentares por envolvimento em atos de corrupção.



Repercuta no Senado informação de que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva teria contratado dívida com o PT, para financiar viagens internacionais em 2001. Líder do governo diz ter certeza de que Lula "não pediu empréstimo algum"

Suposto empréstimo do PT a Lula provoca debate no Plenário

Noticiário da imprensa sobre suposto empréstimo do PT ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva provocou críticas e pedido de explicações de senadores da oposição. O líder

do governo, Aloizio Mercadante, afirmou ter certeza de que Lula "não pediu empréstimo algum". Segundo ele, a "incompetência da tesouraria do PT" deixou de dar os esclarecimentos necessários. O líder

do PFL, José Agripino, disse que, conforme a Agência Estado, Lula teria precisado de R\$ 29,4 mil para viagens internacionais, em 2001. A dívida teria sido paga com o caixa dois operado por Marcos Valério.



CUIDADO Jefferson cita artigo que alerta para necessidade de profunda investigação dos fatos

Jefferson destaca advertência da escritora Lya Luft

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), leu, na íntegra, artigo da escritora Lya Luft, sob o título "A República do Rabo Preso", publicado na revista *Veja*, e pediu a sua transcrição nos Anais da Casa.

No texto, ela adverte que, se não for feita uma investigação profunda das denúncias de corrupção, todos afundarão "num mar morno e de odor suspeito". De lá não se retorna fácil, avisa a escritora Lya Luft.

Acordo pode agilizar votações

Em reunião ontem com os líderes do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e da oposição, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e do Senado Federal, Renan Calheiros, decidiram que as duas Casas terão obrigatoriamente pauta de votação às terças, quartas e quintas-feiras e trabalharão em conjunto. Severino anunciou que na próxima terça-feira haverá reunião de líderes para definir os projetos que vão para a ordem do dia. A prioridade é a reforma política.

Renan Calheiros explicou que, se antes das investigações das comissões parlamentares de inquérito, a reforma política poderia ser entendida como uma conveniência, hoje é uma exigência da sociedade, assim como a reforma tributária.

José Agripino



DESENCONTRO Para líder do PFL, afirmações contrariam planilha, segundo a qual Lula pagou dívida

"Assim está demais, é mentira explícita"

O líder do PFL, José Agripino (RN), apontou contradição em afirmações, divulgadas pela imprensa, sobre o suposto empréstimo do PT ao presidente Lula. O senador citou informação da Agência Estado, segundo a qual o ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, garante que Lula não obteve empréstimo do PT. Em outra notícia, publicada pela *Folha de S. Paulo*, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, diz ter quitado dívida de R\$ 29.436,26 do atual chefe do governo com o PT. Okamoto foi seu tesoureiro na campanha de 1989.

Além de contraditórias entre si, Agripino destacou que essas afirmações iriam de encontro a uma planilha do Banco do Brasil, que mostraria que o próprio Lula pagou sua dívida. Agripino ressaltou que teve acesso à planilha, onde pôde ler o nome "Luiz I. L. da Silva" como autor dos pagamentos.

– Assim está demais. É a mentira explícita – declarou Agripino sobre essas contradições.

Antonio Carlos



RESPOSTA Senador quer explicações do Planalto sobre três "coisas graves" ligadas ao presidente

"Governo precisa prestar os esclarecimentos"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitou explicações ao governo sobre três fatos ligados ao presidente da República: o empréstimo pessoal que Lula teria feito junto ao PT; se ele sabia ou não da existência do esquema do "mensalão"; e se tinha conhecimento de transação financeira entre a Telemar e a produtora de vídeo de seu filho.

– Quero saber se Lula tinha conhecimento de que a Telemar deu R\$ 5 milhões para a empresa de seu filho. A liderança do governo aqui não explicou coisa alguma. São três coisas graves. Daí por que volto a pedir que o Planalto dê uma nota oficial sobre esses assuntos, pois, caso contrário, o presidente fica sem autoridade para dirigir o país.

Citando reportagem publicada ontem no jornal *O Globo*, intitulada "Lula: pagamento ao PT em 4 parcelas", Antonio Carlos questionou a validade de comprovantes obtidos pelo PT no Banco do Brasil sobre a quitação do empréstimo.

Aloizio Mercadante



REPÚDIO Líder do governo qualifica denúncia como "ataques pessoais" ao chefe do Executivo

"Presidente não pediu nenhum empréstimo"

Ao rebater as críticas feitas pela oposição ao presidente da República sobre suposto empréstimo junto ao PT, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), classificou-as como oportunistas e como "ataques pessoais contra Lula".

Ele afirmou ter participado de viagens com o então candidato a presidente, quando ambos custearam parte de suas despesas. "O PT me pagou R\$ 3,75 mil para uma viagem de dez dias a uma exterior, por exemplo, e outro montante ao presidente, que era, na ocasião, presidente do partido", disse Mercadante, ressaltando que a "incompetência da tesouraria do PT" deixou de dar o esclarecimento necessário.

– Eu paguei parte da minha viagem, era secretário internacional do partido, e tenho certeza que o presidente não pediu empréstimo algum, nem reconheceu contas da tesouraria do partido. Além disso, todos sabem que o presidente é honesto, ele não é um homem rico – reiterou.

Tasso Jereissati



SUSPEITA Jereissati cita encontro entre vice-presidente da CPI do Mensalão e publicitário

Contradição entre lideranças e filiados do PT

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse não aceitar incongruências do PT entre as declarações de suas lideranças e as ações de seus filiados. Ele fazia referência à discussão ocorrida momentos antes em Plenário, na qual o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu que os apontados como recebedores de recursos irregulares pelas CPIs tenham direito à ampla defesa.

– Eu gostaria de poder acreditar nos conceitos aqui proferidos por Mercadante. No entanto, acontece um espetáculo desavergonhado feito pelo vice-presidente da CPI do Mensalão [deputado Paulo Pimenta (PT-RS)]. Um homem, que teria a responsabilidade de ser o condutor das discussões, reúne-se com o mais notório meliante dessa contenda [empresário Marcos Valério] às escuras, na garagem do Senado, pega uma lista apócrifa dentro de um veículo e traz à comissão para desviar o foco das investigações – lamentou o senador pelo Ceará.



Reforma em exame extingue os principais custos de campanha, segundo o presidente do Senado. Prevista para ser aprovada até 22 de agosto, ela é baseada em projeto de Bornhausen

Em resposta à crise, Renan anuncia nova versão da reforma eleitoral

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a nova versão da reforma eleitoral será uma resposta à crise exposta pelas CPIs em funcionamento no Legislativo. Segundo Renan, a reforma, prevista para ser aprovada até o dia 22, é baseada no projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e extingue os principais custos de uma campanha, como showmício, superprodução na propaganda veiculada na televisão e outros espetáculos.

– As investigações mostram que é preciso mudar muita coisa na legislação político-partidária. E algumas mudanças devem ser radicais, no sentido de assegurar a verdade eleitoral, a igualdade de oportunidades, a ética e a transparência. O Senado vai fazer uma tramitação rápida, para que possamos ter mais verdade e qualidade nas eleições.

Segundo Renan, desde ontem está correndo o prazo de cinco



MUDANÇA Segundo Renan Calheiros (C), a reforma política definida em reunião com líderes partidários deve ser aprovada até 22 de agosto

sessões para a apresentação de emendas a esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a fim de que a matéria seja aprovada até o dia 22. O senador disse que esse é um projeto do Senado, que, mais uma vez, se adianta para dar uma resposta à crise política.

O presidente lembrou que, desde 2001, o Senado luta por mudanças na legislação eleitoral. Chamou essa iniciativa de agora

de reforma política emergencial, explicando que são mudanças radicais e necessárias, porque cobradas pela sociedade. Também disse que, se a reforma política era uma conveniência, hoje é uma exigência da população.

– Precisamos baratear o custo da campanha, definir regras claras para seu financiamento e garantir absoluta transparência ao processo eleitoral. Essa reforma acaba com a pirotecnia,

com as grandes produções de TV, torna mais curto o prazo para a realização das convenções partidárias, faz tudo para aprimorar o processo – destacou.

Renan reconheceu que, com relação ao financiamento das campanhas, ainda não existe um acordo definitivo entre os líderes, até porque há três propostas em exame. “Há quem defenda limites para o financiamento privado; há quem defenda o financiamento público das campanhas; e há o projeto de Bornhausen, que traz regras rígidas com relação à restrição daqueles que podem participar desse processo de financiamento”, disse Renan.

O presidente do Senado observou ainda que, do ponto de vista do financiamento das campanhas, é fundamental tornar disponíveis todas as informações na Internet, para que haja acompanhamento mais eficaz da sociedade e da Justiça Eleitoral.



FÔLEGO Maguito Vilela diz que alongar dívidas de produtores é essencial para garantir próxima safra

Maguito quer adiar pagamento de dívida rural

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solicitou que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, interceda perante a equipe econômica do governo a fim de que o pagamento das parcelas dos empréstimos a agricultores relativos ao custeio da safra de 2004/2005 seja adiado para o próximo ano. Ele informou ontem em discurso que o ministro deverá retomar nesta semana as negociações com a área econômica buscando ajuda aos produtores rurais.

– Essa medida é essencial e urgente, já que muitos produtores estão esperando sua ratificação para comprar insumos para a próxima safra – observou.



MISSÃO Gilberto Flávio Goellner se declara ciente da responsabilidade que tem com o setor rural

Goellner diz que vai defender agropecuária

Em seu discurso de posse ontem, o senador Gilberto Flávio Goellner (PFL-MT), suplente do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), licenciado por questões de saúde, disse estar ciente de sua responsabilidade com os empresários e produtores rurais de Mato Grosso e todos os que sobrevivem da atividade agropecuária no estado. Ele manifestou sua intenção de transferir para a vida pública “seu espírito empreendedor” e afirmou que pretendia reunir-se aos demais senadores em defesa do desenvolvimento nacional.

Deponentes da CPI dos Bingos sofrem acareação

Após os depoimentos de Walter Santos Neto e Marcelo Coelho Aguiar ontem à CPI dos Bingos, ambos passaram por acareação perante a comissão. Além de primos, os dois são sócios na MM Consultoria, que está sendo investigada por ter supostamente recebido R\$ 5,1 milhões da empresa Gtech entre dezembro de 2002 e junho de 2003, época na qual foi renovado o contrato entre a multinacional do ramo de jogos lotéricos e a Caixa Econômica Federal (CEF). O contrato consiste no gerenciamento do sistema de informática das loterias federais.

Walter foi pego em contradições em virtude de suas declarações ao Imposto de Renda dos exercícios de 2001 a 2004, em posse da CPI. Ele não soube explicar a diferença de R\$ 5 milhões entre as declarações dos exercícios de 2003 e 2004 quando confrontadas com os dados de recolhimento de CPMF nas contas da MM.

Walter Santos alegou que gas-



EXPLICAÇÃO Marcelo Coelho Aguiar (E), ex-assessor da Presidência e sócio da MM Consultoria, depõe à CPI dos Bingos, presidida pelo senador Efraim Morais

tou o dinheiro em compras de roupas e em viagens, e que gosta “de comer e beber bem”. Disse ainda que consome determinado vinho que custaria R\$ 2 mil. A declaração indignou os parlamentares.

– Você não tem o menor sentimento com o povo ao dizer que gasta R\$ 2 mil com um vinho! – advertiu o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Marcelo Coelho Aguiar, que é ex-assessor da Secretaria de Comunicação da Presidência,

disse à CPI dos Bingos desconhecer que a MM tenha recebido dinheiro da Gtech no período em que foi renovado o contrato com a CEF.

A acareação entre Walter e Marcelo foi tensa. Eles confirmaram que não mantêm contato desde 2001. Marcelo declarou-se perplexo ao ser informado pelo relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), de que Walter recebeu R\$ 13 milhões nos últimos dois anos e nada repassou ao sócio e primo.

Ao ser questionado se possuía

imóvel no ano de 2002, Walter negou. Entretanto, Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) mostrou sua declaração de isento do Imposto de Renda, no qual ele declarou possuir imóvel. Depois, o depoente foi pego novamente em contradição ao negar ter feito dois pagamentos, registrados na Receita Federal, a seu sócio em 2002 e 2003.

Magno Malta (PI-ES) pediu que Efraim desse voz de prisão a Walter. Mas os senadores concordaram em apenas enviar documentos e notas dos depoimentos e da acareação à Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público, para que essas instituições examinem o depoimento.

Habeas corpus

O Supremo Tribunal Federal deferiu ontem liminar pedida no *habeas corpus* solicitado pelo ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Assim, Waldomiro terá o direito de permanecer em silêncio se a pergunta feita na CPI dos Bingos implicar risco de auto-incriminação.



PREVENÇÃO Tião Viana defende restrição à propaganda de bebidas, visando proteger a população

Tião Viana sugere medidas contra o alcoolismo

Em pronunciamento feito ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou sua preocupação com o crescimento do alcoolismo no Brasil e sugeriu a regulamentação de decreto do presidente da República, de 28 maio de 2003. O decreto é derivado de estudo de um grupo interministerial do Executivo sobre políticas públicas para as

bebidas alcoólicas e contém 53 itens visando reduzir seu consumo no país.

Segundo o parlamentar, o estudo, empreendido por 11 ministérios e secretarias especiais do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determina a revisão do conceito vigente de bebida alcoólica, constante na Lei 9.294/96, e a proteção dos segmentos populacionais de maior vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, indígenas e portadores de doenças mentais.

A matéria prevê que a propaganda de bebidas alcoólicas deve ser controlada para proteger essa população vulnerável à estimulação ao álcool e também preservar o consumidor de associações do álcool a imagens de atividades esportivas e outros "estereótipos de sucesso". Ele informou que o decreto prevê o banimento, na mídia, da propaganda de bebidas alcoólicas em horários que alcancem "essa parcela vulnerável" da população.



AVANÇO Renan Calheiros (C), ao lado de Gilberto Gil, diz que emenda posiciona a cultura como política de Estado

Promulgada emenda que institui Plano de Cultura

Lei visa promover o desenvolvimento cultural e a valorização do patrimônio brasileiro

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem a Emenda Constitucional 48/05, que determina a instituição do Plano Nacional de Cultura, que terá duração plurianual e será elaborado por meio de lei específica. A proposta de emenda que trata da criação do plano (PEC 57/03) é do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que esteve presente à solenidade de promulgação da matéria. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, compareceu à cerimônia.

Segundo a emenda constitucional, o plano visa o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que conduzam à defesa e à valorização do patrimônio brasileiro, à produção, promoção e difusão de bens culturais, à formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, à democratização

do acesso aos bens culturais e à valorização da diversidade étnica e regional.

Proteção

A Constituição de 1988 já estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais. Também determina que o poder público protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A solenidade também contou com a presença do presidente da Funarte, Antônio Grassi, do secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, e dos secretários de Cultura do Distrito Federal, Pedro Bório, e de São Paulo, João Batista Andrade.

Identidade

A instituição do Plano Nacional de Cultura encaminhará o país para a efetiva democratização dos bens culturais, em prol da definição de uma identidade nacional. A afirmação foi feita

pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao discursar durante a promulgação da emenda constitucional.

– Somos um país multirracial, caracterizado pela diversidade regional e diversidade étnica. A promulgação da emenda posiciona verdadeiramente a cultura como uma política de Estado e não apenas de governo – destacou Renan.

A emenda é fruto da mobilização da classe artística e garantirá a sobrevivência das manifestações culturais existentes em todo o país, segundo o deputado Gilmar Machado.

O presidente da Funarte, Antônio Grassi, disse que a promulgação ocorre em momento historicamente importante e favorece o setor artístico.

Para o secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, o plano viabilizará a inserção da cultura na vida pública nacional.

O ministro Gilberto Gil afirmou que o Plano Nacional de Cultura resultará em mais recursos financeiros para o setor. Segundo Gil, esse é o maior obstáculo que tem enfrentado.

Renan apóia ampliação da licença-maternidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu, durante encontro na manhã de ontem com Patrícia Saboya (sem partido-CE), apoio a projeto de autoria da senadora que propicia incentivo fiscal às empresas que concederem licença-maternidade de seis meses para suas funcionárias.

– Vou fazer tudo para que esse projeto tenha tramitação rápida e possa, num curto espaço de tempo, ser sancionado pelo presidente da República – afirmou o senador.

Renan considerou o projeto



BENEFÍCIO Projeto de Patrícia incentiva empresa que conceder licença de seis meses a funcionárias

conveniente e prometeu que, se houver alguma resistência à sua aprovação no Legislativo, trabalhará para removê-la.

Patrícia Saboya disse que o principal mérito da iniciativa é o de estimular as empresas a cumprirem sua responsabilidade social, além de criar uma nova cultura nesse meio e não prejudicar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Acompanhada do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, e do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior, ela disse que o projeto baseia-se em proposta apresentada em parceria pelas duas entidades.



DIRETRIZES Lúcia Vânia (C) reúne-se com especialistas para analisar aspectos jurídicos do projeto sobre o Ato Médico

Debate sobre projeto que regula profissão de médico

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do projeto de lei que regulamenta a profissão de médico – conhecido como Ato Médico –, reuniu-se ontem, na biblioteca do Senado, com um grupo de especialistas para debater aspectos jurídicos do projeto. Participaram do encontro o jurista Ives Gandra Martins, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Paulo Pontes, assessor do Conselho Federal de Medicina e professor da Universidade de São Paulo.

– Nosso objetivo é discutir os aspectos jurídicos do Ato Médico, a fim de atingirmos um acordo entre as partes interessadas, principalmente entre os médicos e os outros profissionais da saúde – disse a relatora, referindo-se a uma disputa de bastidores em torno do projeto (PLS 25/02) que envolve, de um

lado, os médicos, a favor da regulamentação, e, de outro, profissionais das mais diversas áreas da saúde, contrários ao projeto.

Ives Gandra defende a posição de que só o médico poderia praticar determinados atos, entre eles o diagnóstico, o procedimento terapêutico e a responsabilidade do hospital em relação ao paciente. Aos outros profissionais da saúde, continuou o advogado, caberia o papel de trazer ao médico os meios que o levarão a suas decisões.

Segundo Paulo Pontes, o projeto oferece segurança jurídica para a profissão de médico, uma vez que os outros profissionais da saúde já possuem regulamentação: "A população ganhará com a legislação, que vai trazer diretrizes para uma melhor assistência à saúde".

CCJ aprova punição para uso de armas químicas

■ Projeto, que vai a Plenário, tipifica dois crimes, com penas que variam de um a dez anos de reclusão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 26/98) que estabelece sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades vedadas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ). Segundo relatório do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a proposição, de autoria do Poder Executivo,

estabelece medidas internas de implementação do tratado de 1993, que bane as armas químicas.

– O PLC demonstra a disposição brasileira de ser protagonista na luta contra armas de destruição em massa – destacou Arthur Virgílio.

O projeto tipifica dois crimes, com penas que variam de um a dez anos de reclusão. O primeiro é o de fazer uso de armas químicas ou realizar, no Brasil, atividades que envolvam a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas ou de substâncias químicas abrangidas pela CPAQ, com a finalidade de produção de tais armas. O segundo crime é o de contribuir, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para o uso de armas

químicas ou para a realização, no Brasil ou no exterior, dessas atividades.

Segundo a CPAQ, os países que aderirem ao tratado devem colaborar entre si e com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Para isso, cada país deverá ter uma autoridade nacional com o objetivo de coordenar as relações com as demais nações e com a OPAQ.

As punições poderão ser de advertência, multa, perda do bem envolvido na infração, suspensão do direito de comercializar pelo prazo de seis meses a cinco anos e cassação de habilitação para atuação no comércio, no caso de reincidência. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e segue agora para o Plenário.

Ampliado prazo para abertura de inventário

O prazo previsto para o requerimento de inventário e partilha, estabelecido no Código de Processo Civil, será ampliado de 30 para 90 dias. A medida consta de projeto de lei (PLS 458/03) de autoria do senador César Borges (PFL-BA), aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto altera o artigo 983 da Lei 5.869/73, que passa a ter a seguinte redação: “O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 90 dias a contar da data da abertura da sucessão, ultimando-se nos seis meses subsequentes”. Para César Borges, o prazo de 30 dias é “extremamente exíguo”.

Na opinião do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), a ampliação do prazo é justa, pois a família terá mais tempo para reunir os documentos.

A CCJ aprovou também parecer favorável ao projeto de lei do Poder Executivo (PLC 58/05) que transforma as faculdades federais integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Célio Azevedo



CONDIÇÃO Antonio Carlos Magalhães, ao lado do relator Edison Lobão, vota a favor do projeto, mas faz recomendação ao presidente do TSE

Comissão aceita criação de novos cargos em tribunais

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os 27 tribunais regionais eleitorais poderão realizar concurso público para preenchimento de vagas em diversas áreas. A medida está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 55/05) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue para o Plenário.

Somente para analista judiciário, o projeto, de autoria do TSE, cria 849 cargos efetivos, enquanto que, para técnico judiciário, são 1.289 novas vagas. Para cargos em comissão, estão sendo criados mais 394 cargos em diversos níveis e 1.566 fun-

ções comissionadas.

Ao apresentar voto favorável à matéria, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que o Brasil é hoje a nação mais avançada do mundo na informatização do processo de votação e apuração de votos.

Condição

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concordou em votar favoravelmente ao projeto após pedir ao relator que fizesse uma recomendação ao presidente do TSE, ministro Carlos Velloso, contra a aquisição de dois novos carros para o tribunal, conforme matéria divulgada pela imprensa.



PREJUÍZOS Presidente da Associtros, Flávio Viegas (E) afirma em audiência pública que fabricação de suco de laranja é controlada por poucas indústrias

Senado recebe denúncia de cartel na citricultura do país

Durante audiência pública realizada ontem pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente da Associação Brasileira de Citricultores (Associtros), Flávio de Carvalho Pinto Viegas, afirmou que a industrialização, a logística e a comercialização de suco de laranja no país são controladas por poucas indústrias. Segundo Viegas, a prática realizada pelas empresas beneficiadoras impede a concorrência.

– Quatro principais empresas contam com quase a totalidade das exportações, e três delas controlam 100% do sistema de distribuição a granel do suco concentrado – frisou Viegas.

O senador Aelton Freitas (PL-MG), que apresentou o re-

querimento da audiência juntamente com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), assinalou que, depois de conversar com citricultores, ficou convencido dos prejuízos causados ao setor pelas grandes empresas.

O procurador do Ministério Público do Trabalho Ricardo Wagner Garcia disse que, no setor canavieiro, o produtor pode negociar com 128 empresas, enquanto que, na citricultura, ele tem de aceitar as condições de apenas quatro indústrias.

A empresa Cutrale, informou Garcia, é identificada com a marca de “amiga da criança”. No entanto, salientou ele, favelas são instaladas nos locais em que a Cutrale atua e crianças são utilizadas nas colheitas, o que faz com que abandonem os estudos.

PFL acusa governo e obstrui votação da LDO para 2006

O PFL acusou o governo de “não cumprir acordos” firmados na Comissão Mista de Orçamento e decidiu obstruir a votação final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, adiando a decisão para a próxima semana. A principal reclamação dos pefelistas foi sobre o conteúdo de uma entrevista concedida pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, à Agência Estado, em que ele diz que o governo “vai tentar derrubar” na votação de destaques “alguma coisa” colocada na LDO pelo relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG), que não tenha sido aprovada pela equipe econômica.

A deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), com apoio do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), liderou a obstrução,

anunciando que seu partido só mudará de atitude depois que o governo aceitar os acordos feitos com o relator Gilmar Machado. Ela considerou inaceitável qualquer possibilidade de veto, pelo presidente da República, das mudanças feitas no financiamento dos hospitais universitários. Na terça-feira, líderes partidários negociaram com o relator o recebimento de verbas do Ministério da Saúde pelos hospitais universitários, sem que estes percam as dotações do Ministério da Educação para manutenção e ensino.

O relator ponderou que o ministro Paulo Bernardo não estaria a par das negociações entre os ministros da Agricultura e da Fazenda sobre o cumprimento das promessas feitas aos agricultores durante o “tratoração”, em Brasília.